

6. Conclusão

A constituição canônica da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Padre Seráfico de São Francisco do Recife ocorreu em 12 de junho de 1695, com defasagem em relação à formação da entidade congênere soteropolitana e à instalação do convento franciscano de Santo Antônio em Recife. Esta foi ditada pela especificidade da conjuntura histórica da capitania de Pernambuco no decorrer do século XVII. O retardo na formação da entidade leiga seráfica deveu-se não apenas à presença holandesa no Recife, que transformou a ilha de Antônio Vaz no principal núcleo urbano nassoviano – a Nova Mauristaadt –, mas também às injunções políticas registradas no período *post bellum*. Os homens advindos do reino para a capitania de Pernambuco, sem “qualidade de nascimento”, portadores de “defeito mecânico” e enriquecidos no trato mercantil, passaram a colidir com a manutenção dos interesses dos agricultores nativos, descendentes diretos dos heróis da Restauração. Antes da ocupação holandesa, o Recife era apenas o porto seguro e a praça mercantil a serviço da vila duartina, centro religioso e sede política do poder imperial e das instituições ligadas ao poder local – a Santa Casa da Misericórdia e o Senado da Câmara –, dominadas pelos proprietários rurais produtores de açúcar, integrantes da nobreza da terra. Após a rendição dos holandeses (1654), com a importância crescente do porto e do grupo mercantil da praça, em franca ascensão, intensificou-se o antagonismo entre o mercador reinol e o produtor agrícola brasileiro; entre o Recife ascendente, que aspirava à autonomia política, e a vila decadente de Olinda. A Ordem Terceira franciscana do Recife foi gestada sob a égide das disputas que cindiram as forças políticas da capitania ao fim do século XVII e início do século XVIII.

A dita nobreza da terra, composta pelos ramos familiares dos proprietários rurais e dos homens no exercício do poder político local, visava manter os privilégios auferidos pelos leais serviços prestados à Coroa nas guerras contra o inimigo batavo. Os senhores de engenho eram beneficiados por provisões régias que impediam que fossem executadas as dívidas de seus engenhos e lavouras. Entretanto, a produção açucareira sofria com a queda dos preços no mercado europeu e a concorrência do açúcar antilhano, notadamente a partir de 1670. A isto, seguiu-se a alta dos preços da mão de obra escrava, em decorrência da

descoberta do ouro nas Minas Gerais. Com suas lavouras devastadas pela guerra, os senhores de engenho não tinham condições de saudar as dívidas com seus credores, financiadores das safras de açúcar, membros da comunidade mercantil do Recife. Apesar de arruinada pelo incêndio provocado pelos holandeses e pela falta de recursos da nobreza da terra para investir na sua reconstrução, a vila duartina voltou a ser o centro político, religioso e administrativo da capitania de Pernambuco. A nobreza da terra, hegemônica no Senado da Câmara de Olinda e na Santa Casa da Misericórdia da vila, opunha-se à ereção do Recife à condição de vila e às iniciativas que resultassem no benefício dos mercadores da praça e de sua estrutura urbana. Constituída no âmago dos antagonismos políticos, a Ordem Terceira franciscana do Recife, seguida da construção imediata de sua capela, figurou como um importante elemento em meio às estratégias de promoção do Recife e de seus moradores, no âmbito das disputas políticas verificadas na capitania ao fim do século XVII.

A análise dos perfis biográficos dos irmãos leigos instituidores da Ordem Terceira do Recife revela que a entidade foi formada majoritariamente por reinóis enriquecidos no Recife, no exercício das atividades mercantis de grosso trato, no comércio do açúcar, do sal, do tráfico da mão de obra escrava, na cobrança de impostos, e também nas obras de construção civil, que progrediram com a necessidade de reconstrução do povoado após a rendição dos holandeses. A fundação da Ordem Terceira do Recife, pela primeira geração dos mais abastados mercadores da praça, não estava inscrita apenas no domínio das questões de fundo religioso pertinentes à Ordem franciscana e aos membros do Cabido, mas também no contexto mais amplo da dinâmica do Império colonial português, dos fluxos populacionais, da emergência de novos grupos sociais e de suas mediações entre as periferias e o centro metropolitano. As atuações do mercador Joaquim de Almeida, síndico do convento, e do frade franciscano Frei Jácome da Purificação, partidário dos comerciantes locais, junto à reunião da Congregação da Ordem franciscana em Salvador, no sentido de quebrar a resistência imposta pelos membros do Cabido e da Ordem Terceira de Olinda, de modo a obter a autorização para o funcionamento da entidade recifense, imprimiram a raiz mercantil da Irmandade seráfica recifense, que se firmou como uma agremiação quase exclusiva dos homens de negócio da praça.

O ingresso para a Ordem Terceira franciscana, entidade da tradição católica portuguesa, pautada pelos valores nobiliárquicos e seletivos do Antigo Regime, representava reconhecimento e prestígio social para os homens de negócio de Recife, notadamente os moradores de sobrado, mercadores de grosso trato. Embora tenham acumulado amplos cabedais, os homens de negócio da praça, “sem qualidade de nascimento”, mas de origem cristã-velha, eram considerados portadores de “defeito mecânico”, por terem começado a vida executando ofícios manuais. Impedidos de integrar o corpo dirigente da Santa Casa da Misericórdia de Olinda e as funções edilícias plenas do Senado da Câmara da vila, os mercadores do Recife lograram viver a “lei da nobreza” no âmbito da Ordem Terceira franciscana. No ambiente reluzente do interior recoberto em ouro da Capela Dourada, onde eram celebradas com exclusividade as efemérides dos santos seráficos e onde se faziam com pompas os enterramentos e as exéquias dos irmãos congregados, assim como nas precedências do aparatoso rito seráfico da procissão das cinzas, no início do século XVIII, os irmãos franciscanos do Recife exteriorizavam símbolos de poder e de afirmação de grandeza e de relevo social.

Ao lado dos postos da Ordenança e dos cargos da burocracia imperial, a admissão nos quadros da congregação leiga franciscana significava para o grupo emergente da praça o primeiro passo no processo de ascensão social dos mascates enriquecidos. No cômputo da cultura política do Antigo Regime transplantada para os trópicos, marcada pela importância das representações, a Ordem Terceira franciscana funcionou como uma instância legitimadora, uma via de mobilidade e de promoção social para os mercadores de grosso trato do Recife, estigmatizados pelo exercício de atividades mecânicas. Embora as Ordens Terceiras fossem tradicionalmente alinhadas com os valores sociais aristocráticos segregacionistas, a flexibilização do paradigma nobiliárquico, que permitiu o ingresso de homens portadores de “defeito mecânico” na agremiação do Recife, aduz aos papéis contraditórios por vezes exercidos por essas entidades leigas como perpetuadoras e, ao mesmo tempo, transformadoras do conjunto de valores e regras sociais vigentes. A análise da base social da Ordem seráfica dos leigos do Recife, no momento de sua fundação e nas primeiras décadas do século XVIII, constitui um caso exemplar, no ambiente colonial, de fratura e de renovação, pelas vias da

tradição, dos dispositivos seletivos inerentes à sociedade do Antigo Regime português transplantados para o trópico.

Instituída no ápice do acirramento dos antagonismos entre os mercadores da praça e os membros da nobreza da terra de Olinda, a Ordem Terceira franciscana do Recife, enquanto centro de sociabilidade, identidades e de formação de redes familiares e comerciais, tornou-se um importante *locus* político, de natureza simbólica, em meio à luta pelo poder local na capitania de Pernambuco na primeira década do século XVIII. Ativa no campo da construção dos poderes informais, a entidade dos leigos seráficos do Recife estava situada socialmente no cerne do processo de formação de um novo grupo emergente da elite local. Levando em conta as características do Império português e de sua monarquia pluricontinental, baseada na centralidade dos diversos e variados poderes locais constituídos, a entidade atuou como cristalizadora de um novo grupo da elite local, enquanto um astro integrante da “nébula de poder”, na definição de Francisco Bethencourt, que conferia sentido e legitimidade aos corpos sociais em processo de formação e integração à lógica do Império.

Galgado o degrau de ingresso em uma instituição religiosa de prestígio, os homens de negócio do Recife, que integravam a alta hierarquia dos cargos da direção da Ordem leiga, tomaram parte também no processo de emancipação política da praça do termo da vila de Olinda. A exemplo de Joaquim de Almeida, Miguel Correa Gomes e de Simão Ribeiro Ribas, os mais destacados membros da Mesa da Ordem Terceira atuaram decisivamente nos embates pela elevação do povoado à categoria de vila, deflagrados a partir da saída da procissão das cinzas dos Terceiros do Recife, às vésperas da instalação do primeiro pelourinho, em 15 de fevereiro de 1710, símbolo da autonomia municipal, por ordem do governador Sebastião Castro e Caldas, em cumprimento à carta régia de D. João V. Das fileiras mais elevadas da Irmandade leiga seráfica, foram recrutados os “homens bons” para a formação dos primeiros pelouros da Câmara da nova vila.

Entretanto, os primeiros meses do funcionamento da Câmara do Recife foram de crise. A reação da nobreza da terra, que culminou com o atentado à vida do governador, e com a sua partida em fuga para a Bahia, mobilizou a comunidade mercantil do Recife, sua aliada política. A maioria dos homens que acompanhou Castro e Caldas em retirada para a Bahia era membro da Irmandade

franciscana. Foram eles também os homens responsáveis pela organização e definição das estratégias à resistência às sedições dos nobres, notadamente o mercador Joaquim de Almeida, fundador da entidade dos leigos seráficos do Recife, primeiro vereador eleito para a Câmara do Recife. Quando do enquadramento da nobreza pelo governador Félix Machado e da confirmação definitiva da instalação da vila de Santo Antônio do Recife, estiveram os leigos franciscanos presentes também nos quadros da formação do segundo pelouro da Câmara. As fileiras dos homens mais proeminentes da Venerável Ordem Terceira da praça constituíram a fonte privilegiada de onde foram recrutados os “homens bons” para o exercício da governança local e das atividades edilícias da Câmara do Recife reinstalada. A Ordem Terceira de São Francisco do Recife esteve na origem do processo de autonomia e de ereção da vila do Recife. Assim como a história da entidade está indelevelmente associada à origem da vila do Recife. A Irmandade leiga seráfica e a Câmara municipal conformaram no Recife uma variante ao provérbio alentejano, recuperado por Charles Boxer, que preconizava que “quem não estava na Câmara estava na Misericórdia”. No Recife, a Ordem Terceira de São Francisco e a Câmara dos vereadores da vila foram as instituições pilares que garantiram o alargamento do poder local e o nexos de pertencimento ao Império português.